

Juventude Trabalhadora Brasileira: Reflexões sobre a singularidade da primeira experiência de trabalho

Jaqueline Silvério Alves¹

Daisy Moreira Cunha²

Resumo: Este trabalho se trata de um texto teórico-reflexivo, de caráter ensaístico, referente a uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo compreender a singularidade e os atravessamentos da primeira inserção de jovens brasileiros no mercado de trabalho. Por meio da pesquisa biográfica e da entrevista de explicitação, pretende-se explorar narrativas (visuais, orais e escritas) e os sentidos atribuídos a essa experiência. O referencial teórico está ancorado na abordagem ergológica, por oferecer uma perspectiva ampla e complexa sobre a atividade de trabalho, abordando dimensões essenciais ao objeto deste estudo, como saberes, vida e valores. Busca-se problematizar como os jovens fazem uso de si por si e por outros na experiência laboral, interrogando o agir humano. Entretanto, por se tratar de um ensaio da pesquisa, focaremos nas contribuições conceituais sobre juventudes, trabalho e educação.

Palavras-chave: Biografia. Ergologia. Formação Humana. Jovem trabalhador.

Abstract: This theoretical-reflective essay, of an essay-like nature, refers to ongoing research aimed at understanding the uniqueness and transitions of young Brazilians' first entry into the labor market. Through biographical research and an in-depth interview, we explore narratives (visual, oral, and written) and the meanings attributed to this experience. The theoretical framework is anchored in the ergological approach, offering a broad and complex perspective on work activity, addressing dimensions essential to the object of this study, such as knowledge, life, and values. We seek to problematize how young people use themselves for themselves and for others in their work experience, interrogating human action. However, because this is a research essay, we will focus on the conceptual contributions regarding youth, work, and education.

Keywords: Biography. Ergology. Human Formation. Young Worker.

¹ Doutoranda da linha de pesquisa Trabalho e formação humana, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação e Docência na linha de pesquisa Trabalho e Educação, da Faculdade de Educação da UFMG; Graduação em Psicologia pela PUC-MG e Pedagogia pelo Instituto Coimbra. Atuação como Psicóloga Organizacional, tendo Especialização em MBA Executivo de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, e como Docente, em cursos de formação de professores da educação infantil (Magistério), oferecidos pelo Governo de Minas Gerais em parceria com as escolas públicas de MG. Servidora Pública Federal da UFMG no grupo de Técnicos Administrativos em Educação da UFMG. jsapuc@yahoo.com.br

² Doutorado em Filosofia (Epistemologia e História da Filosofia) na Aix-Marseille Université (2005); Pós-Doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers - CNAM/Paris (2009)/Educação de Adultos. Pós-Doutorado na Universidade de Paris X (2016-2017)/Sociologia e Economia do Trabalho. Pós-Doutorado Na Universidade de Tours François Rabelais (2022-2023). Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais; Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação de Minas Gerais (1989); Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995); Membro da Linha de pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana do PPGE-UFMG; Membro do PROMESTRE/UFMG; Diretora da FaE/UFMG (2018-2022). Comitê Diretor da Societé International d'Ergologie (2018-2020). Rede Latino-Americana de Ergologia - RLAE. Pesquisador Produtividade 2 CNPq. daisycunhaufmg@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo central é analisar os sentidos da primeira experiência de trabalho de jovens brasileiros. A metodologia combina a pesquisa biográfica com a entrevista de explicitação, de modo a captar a singularidade das trajetórias juvenis e as mediações entre trabalho e educação. O texto então apresenta um ensaio teórico e bibliográfico, traçando as contribuições conceituais da pesquisa para nos autorreferenciar.

Nesse sentido, torna-se relevante compreender os processos de aprendizagem, saberes e formação humana, mas se faz importante aclarar que o conceito de formação aqui indicado abarca a formal e a informal, ou seja, a educação escolar e não-escolar, visando investigar o processo de aquisição do conhecimento no sentido mais amplo. Em outras palavras consideramos também a experiência do não cotidiano, integrando o ser humano em todas as faculdades e contemplando a formação integral, conforme idealizado por Gramsci (Rummert, 2007).

Vale também apontar que o processo de delimitação do campo investigativo desta pesquisa foi marcado por muitas indagações, pelo fato da pesquisadora ser jovem egressa do programa da Cruz Vermelha Brasileira de MG³. Entretanto ao longo dos estudos, principalmente a partir do ingresso na graduação, por meio de 100% de bolsa de estudo do PROUNI⁴ e no mestrado profissional (Alves, 2023) surgiram alguns questionamentos, a fim de refletir se dado contexto normativo tende a ampliar as oportunidades de formação e consequentemente de desenvolvimento dos sujeitos ou contribuir para a reprodução das desigualdades sociais.

É importante citar que, quando iniciei⁵ o estudo no mestrado, ingressei também na

³ Entre as diversas instituições que desenvolvem programas de contratação de jovens em Belo Horizonte/MG, destaca-se a Cruz Vermelha Brasileira (CVB-MG), por ser uma das instituições mais antigas, com filial criada em 1914. A CVB-MG presta serviços de assistência comunitária, qualificação socioprofissional, inserção profissional e segurança social. Com títulos de utilidade pública tem entre suas finalidades estatutárias a oferta de serviços gratuitos que beneficiem as comunidades, em especial àquelas em situação de vulnerabilidade social. (CVB-MG, 2023).

⁴ O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado em 2004, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Lei nº 11.096/2005. E tinha como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, conforme nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), critérios de renda e a obrigatoriedade de ter cursado o ensino médio em escolas públicas ou em escolas particulares, por meio de bolsa.

⁵ Em algumas partes deste texto a escrita foi apresentada na primeira pessoa do singular, isto é, embasado na perspectiva da pesquisadora, dado que reflete em um protagonismo e apresenta as proposições, sentimentos, angústias vivenciadas no processo da pesquisa. Além de exibir uma linguagem científica que rompe com os padrões hegemônicos (Haraway, 1995). No entanto, o trabalho foi sistematicamente, analisado, discutido e aprovado junto com a professora orientadora.

equipe do Observatório da Juventude (OJ)⁶, diante do meu interesse de refletir criticamente sobre as múltiplas formas de ser jovem no Brasil contemporâneo. Assim, nesse grupo aprendi com as experiências relatadas, as problematizações de questões diversas, como racismo, políticas públicas, arte, trabalho, educação.

Então, o tema foi escolhido em razão da centralidade do trabalho na vida dos jovens das camadas populares, que frequentemente ingressam no mercado por meio de programas sociais ou em ocupações informais de baixa remuneração. Segundo dados do IBGE (2023), aproximadamente 28% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos trabalham, sendo que grande parte ocupa postos precários, com jornadas extensas e baixa proteção social. Esse quadro reforça a pertinência de investigar como tais experiências impactam a formação e a subjetividade desses sujeitos.

A inclusão social de jovens no mercado de trabalho é um tema de suma relevância, todavia, desde que abarque um conjunto de atributos e correlacione diversos fatores, contemplando o sujeito de forma global. Em outras palavras, é necessário que se leve em consideração o contexto biopsicossocial. Essa noção foi orientada em Dayrell (2016), principalmente quando afirma que “A entrada na juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social.” (Dayrell, 2016, p. 26). Bem como nas contribuições de Osório (1992), por declarar não haver como compreender a juventude estudando-se separadamente os aspectos biológicos, psicológicos e sociais. E também em Schwartz (2000a), quando nos afirma que a compreensão das situações de trabalho ou qualquer outra da vida não ocorre sem os saberes que antecedem a estrutura, saberes da pessoa/corpo si, saberes do conhecimento e os saberes do outro.

Entende-se a necessidade de desenvolvimento de pesquisas com esse grupo, e sobretudo, devido à escassez de estudos envolvendo jovens oriundos de programas de formação para o mercado de trabalho (Máximo, 2012). Além disso, conforme nos afirmam Dayrell e Carrano (2003), ainda é pequeno o número de investigações que se dedicam a perceber como os jovens vivem e elaboram suas situações de vida. Nota-se uma carência de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens sobre suas experiências.

⁶ “O programa Observatório da Juventude, da Faculdade de Educação da UFMG, iniciado em 2002, é um programa de ensino, pesquisa e extensão, inserido no contexto das políticas de ações afirmativas em torno da temática da “educação, cultura e juventude”, tendo como eixos norteadores a condição juvenil, as políticas públicas, as políticas culturais e as ações coletivas da juventude. Busca desenvolver atividades de investigação, levantamento e divulgação de informações sobre a situação dos jovens da região metropolitana de Belo Horizonte/MG, além de promover a capacitação de jovens, educadores e estudantes interessados na temática da juventude.” (NONATO, 2019, p. 28).

A literatura sobre juventude e trabalho (Bertoldo, 2015; Frigotto, 2008) aponta que a inserção laboral precoce pode tanto ampliar repertórios formativos quanto acentuar desigualdades, ao reproduzir ciclos de precarização. Assim, o presente estudo busca tensionar essa relação, considerando que o jovem trabalhador não apenas reproduz condições dadas, mas age, negocia e produz sentidos próprios sobre o trabalho.

A pesquisa de campo será realizada em uma escola pública de Minas Gerais, situada em região periférica, com jovens de 15 a 24 anos matriculados no ensino médio noturno e inseridos em seus primeiros empregos formais. A produção de dados incluirá ateliês biográficos (Santos; Garms, 2014), nos quais os participantes compartilharão narrativas orais, escritas, visuais e objetos pessoais, além da realização de entrevistas de explicitação (Vermersch, 2022). Pretende-se valorizar não apenas os relatos verbais, mas também registros não verbais e memórias singulares.

Tenciona-se captar os sentidos que afloram dos jovens a serem pesquisados, uma vez que, o objetivo é ir além do que pode ser dito como óbvio e/ou alcançado como trabalho previsto. Em outras palavras, o propósito desta pesquisa é verificar o que pode emergir de mais profundo dessa relação, compreendendo a experiência de trabalho real e obviamente adentrando no campo do trabalho como atividade humana.

Por conseguinte, nesta pesquisa há que se considerar a história de vida dos jovens à serem pesquisados, como a classe social, a escolaridade, a cultura, os costumes, como aparato para a compreensão dos sentidos dessa experiência de trabalho na sua formação e o entendimento sobre como essa vivência permeou a vida dos mesmos. Quer dizer, pretende-se analisar a biografia, por considerarmos que pode nos fornecer uma pista sobre os dramas diante das experiências de vida.

O referencial teórico está fundamentado na abordagem ergológica, por tentar compreender o vai e vem entre o micro da atividade humana e o macro da vida social. (Schwartz; Durrive, 2015). Todavia consideramos que, tanto a abordagem ergológica quanto a pesquisa biográfica apresentam uma proposta similar de leitura da experiência do sujeito e representam um aporte nesta investigação.

Portanto, a intenção da pesquisa é articular o processo narrativo e autobiográfico às reflexões conceituais da abordagem ergológica, a fim de questionar uma dada realidade e complexifica-la por meio da seguinte pergunta problema - como os jovens fazem uso de si por si e por outros no cotidiano da experiência de trabalho? Deseja-se descobrir um ponto de tensão ou a dramática do uso de si nessa vivência, interrogando sobre o agir humano.

Sabemos que pesquisar a juventude trabalhadora periférica é inevitavelmente pensar na abordagem de classes e, conseqüentemente, entender o trabalho como elemento-chave para explicar as transformações sociais. Apesar disso, também consideramos que o sujeito faz escolhas no contexto que lhe é apresentado. Assim, nesta pesquisa nos propomos a direcionar o olhar para o que está à margem, examinando aquilo que é vivido de modo único, específico e singular, pois concordamos com as colocações de Cunha (2013) quando problematiza que Lucien Sève nos convida a uma perspectiva materialista da individualidade humana, focalizada nas relações sociais, mas sem separar atividade objetiva e subjetiva, histórico e biográfico, material e simbólico.

JUVENTUDES: ALGUMAS REFERÊNCIAS NORTEADORAS

A juventude é entendida como um momento marcado pelas exigências internas e externas. Logo, o desenvolvimento do indivíduo está relacionado a demanda subjetiva e do meio. (Erikson, 1987, 1998). Sendo também nomeado como um processo de desenvolvimento biopsicossocial. (Dayrell, 2016; Osório, 1992). Não obstante, observa-se que o conceito de juventude está vinculado às diferentes concepções. E isso leva a entender que a ideia desta ou destas fases da vida foram construídas ao longo da história e sofreram mudanças, decorrentes do contexto histórico, cultural, científico, social, religioso, demográfico. Posto que, nem sempre essa fase da vida foi concebida como na sociedade atual. (Ariès, 1986; Albertani, 1999; Pimenta Filho, 2002; Freitas; Abramo; León, 2005).

Desse modo, “convencionalmente, tem-se utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, dividindo-se por sua vez em três subgrupos etários: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos” (Freitas; Abramo; León, 2005, p. 13). Isto é, em âmbito nacional, conforme o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), a categoria da juventude abarca o intervalo amplo entre 15 e 29 anos, mas tem se delimitado esse período etário devido à necessidade de contar com definições operacionais no campo das políticas ou como um referente demográfico, tanto que nos países ibero-americanos se observa uma variação nessas faixas etárias. Porém, vale lembrar que isso representa delimitações básicas e não podem servir para homogeneizar a categoria. (Freitas; Abramo; León, 2005).

Dayrell (2003) dá seguimento a esse raciocínio ao refletir que o sujeito se constitui como ser biológico, psicológico e social, de forma interligada e que se desenvolve de acordo com as

relações que estabelece com o outro.

Assim, a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. (Dayrell, 2003, p. 42).

Assim sendo é importante amplificar o conceito de juventude. Ou melhor dizendo, juventudes, pois, de acordo com Dayrell (2003; 2016), pensar a juventude é pensar em juventudes no plural, uma vez que a categoria juventude é parte de um processo de crescimento totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (Dayrell, 2016). A noção de juventude é socialmente variável – modifica o tempo de duração, conteúdos e significados sociais.

ESTUDOS SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDES

A vivência da juventude e do trabalho, marcada principalmente pela classe social, se soma aos aspectos transversais da vida dos jovens. Para mais, quando se usa a expressão juventudes tende a demonstrar melhor a diversidade do modo de ser jovem, bem como a importância de se entender as particularidades de cada qual, uma vez que a juventude pode ser vivenciada de diferentes formas (Dayrell, 2003, 2007).

Campos (2019) afirma que “a mercantilização da imagem da juventude desvela também a funcionalidade dos preconceitos para a exploração do trabalho. Ser jovem equivale a ser flexível, adaptável, maleável para as mudanças constantes nas relações sociais de trabalho, para a vida instável e a aventura que se tornou a inserção na sociedade” (Campos, 2019, p. 70). Já Rizzo; Clamon (2010/2011) destacam outro aspecto ao afirmar que “o trabalho aparece como forma de fugir da condição social, como se trabalhar impedisse que ele se envolvesse com coisas erradas, por não ter tempo ocioso, mas principalmente por estar com a mente ocupada” (Rizzo; Clamon, 2010/2011, p. 415). Dessa maneira, o trabalho se apresenta como uma tentativa de evitar que o jovem se envolva com a criminalidade.

Por sua vez, as estruturas sociológicas apresentam uma polarização sobre a concepção do trabalho, ou seja, verifica-se um contexto dialético que influencia as representações dos jovens sobre si mesmos. Marx (2013), a partir da teoria do materialismo histórico dialético, considera o trabalho como categoria central para se compreender a sociedade, problematizando o fato de que cada época, em cada contexto histórico possui o seu modo de produção. E que historicamente o trabalho tende a determinar a organização social, já que foi por meio do trabalho que culminou os processos sociais. Nesse sentido, através do trabalho, a espécie

humana, de forma consciente e ativa, liberta-se dos estreitos limites de reprodução das formas biológicas.

Contudo, Marx (1996, 2013) afirma que a acumulação primitiva configura o processo histórico de separação entre produtores e meios de produção, porque representa a pré-história do capital - direcionado para a transformação da mercadoria em dinheiro, seja pela compra da força do trabalho ou pela sua venda. E, portanto, se revela como o momento em que separa os trabalhadores das condições de realização do trabalho - homem age sobre a natureza, transforma-a e ao mesmo tempo é transformado por ela, num processo educativo (Saviani, 2007). Em outras palavras, o sistema capitalista utiliza de aparelhos de controle para garantir a reprodução do capital, e é diante dessa perspectiva que o trabalho tende a se desprender do valor de uso, transformando o processo de trabalho em relações objetais (Marx, 1996, 2013).

Então, vale destacar que, nos termos da legislação brasileira, os jovens ingressam na prática laboral formal de três modos: contrato de trabalho, a partir dos 16 anos; estágio profissional, também a partir dos 16 anos; programas de aprendizagem, de 14 até 24 anos. Resumindo, os 16 anos constituem a idade mínima para o trabalho no Brasil, com exceção das situações de aprendizagem estabelecidas pela Lei da aprendizagem, 10.097/2000.

A referida lei, regulamentada no ano 2000, determina que 5% a 15% dos quadros funcionais das empresas, com sete funcionários ou mais, cujas funções demandem formação profissional, sejam destinados a trabalhadores aprendizes a fim de prover-lhes experiência, qualificação e sua adesão à escola (exigindo-se que o jovem esteja matriculado e frequentando a escola ou tenha concluído o ensino médio para inserção no programa). Os incentivos fiscais previstos incluem, por exemplo, percentual reduzido de 2% de depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As garantias trabalhistas do jovem aprendiz contemplam carga horária de trabalho reduzida; remuneração mínima pelo valor da hora do salário mínimo; proteção do trabalho em ambientes perigosos ou insalubres, dentre outras (Hallack; Tsallis, 2024, p. 9).

No entanto, houve um desmonte progressivo dos direitos sociais conquistados, principalmente na Lei de aprendizagem, que inicialmente sofreu uma medida provisória (MP 1.116)⁷, e um decreto presidencial (11.061)⁸ do governo da direita⁹, ambos em 2022¹⁰. Esses

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1116.htm

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11061.htm

⁹ A partir da Revolução Francesa, de 1789, originou os conceitos de esquerda e direita. Em geral, a esquerda se define por aqueles que acreditam na possibilidade de um Estado com equidade e justiça social, buscando com os movimentos sociais estar ao lado das classes populares. Contrariando o suposto pela direita de que as desigualdades seriam naturais.

¹⁰ O Brasil foi governado pela esquerda durante 8 anos consecutivos - 2003 até meados de 2016, quando se deu a saída da Presidenta Dilma Rousseff devido ao golpe/impeachment. Em seguida, o vice-presidente Michel Temer

instrumentos jurídicos interpostos reduziram em até 50% a cota de aprendizagem profissional, ou seja, diminuíram a oferta de vagas e flexibilizaram as regras, conduzindo a precarização e o esvaziamento do programa Jovem Aprendiz (Hallack; Tsallis, 2024). Em seguida entrou também em vigor a Lei 14.442¹¹, que estendeu a modalidade de teletrabalho para os aprendizes — o que descaracteriza a proposta da vivência concreta da aprendizagem no ambiente de trabalho (Hallack; Tsallis, 2024).

Em um curto espaço de tempo a Lei de aprendizagem e o trabalho jovem foi regulado de modo arbitrário. Então essas medidas geraram desgaste, insegurança jurídica e representaram uma "reforma trabalhista na Lei da Aprendizagem", refletindo um desmonte mais amplo de políticas sociais e trabalhistas, marcado por medidas de austeridade fiscal e enfraquecimento de instituições de proteção social.

Já o Decreto nº 11.479/2023¹² revogou as medidas anteriores e retomou a faixa etária de 14 a 24 anos para o contrato de aprendizagem, revogando as exceções que permitiam o vínculo até os 29 anos em certos casos; foi restaurado a duração máxima de 2 anos para o contrato; determinado o limite de 6 horas diárias de trabalho para aprendizes, revogado assim a permissão de se estender a jornada de trabalho para 8 horas diárias nos postos de trabalho para aprendizes com o ensino médio completo. Com isso, as empresas de médio e grande porte voltam a ser obrigadas a contratar aprendizes em número correspondente a, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do quadro de funcionários cujas funções exijam formação profissional. Considerando que para garantir a ampliação da oferta de vagas, esse Decreto também alterou as regras sobre quais funcionários podem ser excluídos do cálculo da cota de aprendizagem.

Sob tal ponto de vista, compreende-se que a vida do jovem é atravessada pelo contexto social, histórico-estrutural, basicamente, porque funciona como um campo de forças, em que as oportunidades não são apresentadas de forma uniforme para todos. As trajetórias dos jovens são heterogêneas e, ao mesmo tempo, homogeneizadas pelos dispositivos disponíveis (Faleiros, 2008).

Para tanto são notadas as dificuldades do sistema escolar de acolher o jovem trabalhador, bem como promover espaços para uma formação mais ampla, completa. Até porque esta é uma forma particular, específica de educação que se reproduz numa sociedade de classes, atendendo aos interesses capitalistas. Inclusive, existe um debate intenso sobre a proposta de postergar ou

assumiu o poder até o final de 2018. De 2019 a 2022 o país continuou sendo governado pela direita, por meio do mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

¹¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14442.htm

¹² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11479.htm

não a entrada do jovem no mercado de trabalho, uma vez que a falta de acesso e permanência na escola continua sendo um importante fator de reprodução das diferenças sociais, reforçando também a justificativa da meritocrática (Sousa, 2020).

Isso tudo só reforça que há uma significativa quantidade de jovens à margem dos direitos elementares à vida, principalmente nos países em que se definiram por um capitalismo dependente, visto que,

[...] a classe burguesa brasileira, de cultura e mentalidade escravocrata e colonizadora e historicamente associada e subordinada à classe burguesa dos centros hegemônicos do capitalismo, impediu, por diferentes mecanismos, a universalização da educação escolar básica (fundamental e média), pública e laica, mesmo nos limites dos interesses de um capitalismo avançado. Ou seja, a burguesia brasileira nunca se colocou de fato o projeto de uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores para prepará-los para o trabalho complexo que a tornasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central. (Frigotto, 2008, p. 529).

Apesar desse cenário, nós perguntamos como os jovens estão se constituindo dentro das possibilidades e limites do mercado de trabalho brasileiro? Pois não podemos correr o risco de desenvolver uma visão romântica ou estigmatizante quando se trata de responsabilizar o jovem pela inserção, permanência e/ou ascensão no mercado de trabalho. Vale, então, reforçar que a centralidade conferida ao trabalho, principalmente para as juventudes pobres brasileiras, é permeada por diferentes concepções marcadas pelas tensões sociais.

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Embora a pesquisa empírica ainda não tenha sido iniciada, algumas observações preliminares podem ser destacadas nesse ensaio, a partir da literatura e de contatos exploratórios com o campo. Desse modo, focaremos nas discussões bibliográficas sobre o tema.

Consideramos pertinente o diálogo entre a abordagem marxista e os autores contemporâneos, por apresentar uma discussão relevante em relação às dinâmicas e desafios do mundo do trabalho na atualidade. Tendo ainda em vista que o trabalho opera como uma representação microcósmica do que acontece na sociedade (Marx, 2013).

Logo, nesse tempo, temos nos deparado com a tendência da concepção de um trabalhador flexível, polivalente, que, segundo Frigotto (2008), é fruto de uma ideologia neoliberal, em que se foca nos processos formativos, a partir da lógica mercantil – ressurgimento do liberalismo, baseado na doutrina do livre mercado e do Estado como entidade neutra e acima dos interesses de classe.

A era do “homem flexível” impacta diretamente na constituição e na vida do jovem, principalmente pobre e trabalhador, porque uma vez inserido nesse sistema, tendem a partir do pressuposto de que o que comanda e subordina a sua formação é o fetiche pela lógica da autonomização da tecnologia, que mascara as relações sociais de classe que a definem, e ao mesmo tempo contribuem para a fragmentação da força coletiva e a instabilidade (Frigotto, 2008). Em outras palavras, o neoliberalismo visa formar sujeitos autônomos, para produzir subjetividades flexíveis, tendo em vista a mutação do mercado, porém não deixa de estabelecer um controle da situação. Tais exigências, por sua vez, estimulam as disputas e geram consequências na imagem e na vida dos jovens, impactando sobretudo na esfera educacional, cujos reflexos podem ser observados na legislação brasileira¹³.

O avanço das novas tecnologias e o regime de acumulação flexível contribuíram para a formação de uma classe trabalhadora mais precária e heterogênea. Conduzindo para uma crescente subsunção do trabalho vivo pelo trabalho morto (Kuenzer; 2017, 2020). E, segundo Antunes (2009), essas novas formas de controle pelo sistema de metabolismo societal do capital, aliado à separação entre elaboração e execução, produzem um estranhamento ao trabalhador, porque a individualidade encontra-se estranha acerca do que se produz e para quem se produz. Assim, apresenta-se um contexto que inibe ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica e consequentemente repercute na vida fora do trabalho.

Até ousamos acender que esse tipo de lógica de funcionamento da sociedade, intensificada na vida dos jovens pobres trabalhadores brasileiros, principalmente após a crise sanitária, provocada pela Covid-19¹⁴, conhecido também como o fenômeno da uberização¹⁵, tende a produzir efeitos na formação da identidade dos jovens, uma vez que há uma predominância no estabelecimento de relações e práticas superficiais e fragmentadas. Inclusive Sousa (2020) nos aponta que os jovens pobres que precisam ingressar precocemente no

¹³ Novo Ensino Médio é a reformulação operada na última etapa da Educação Básica, por meio da política governamental educacional instituída pela Lei Federal nº 13.415/2017, a partir da conversão da Medida Provisória nº 746/2016. O dispositivo legal preconiza modificações substantivas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Lei nº 11.494/2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), além de alterar a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e instituir a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio Integral (Brasil, 2017).

¹⁴ A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-COV-2. Em 11 de março de 2020, foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia, obrigando as pessoas ao estado de isolamento. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença, visto que o surto ocorreu em vários países e regiões do mundo.

¹⁵ O termo uberização, referenciado por Ricardo Antunes, é utilizado para denominar o modo de exploração da força de trabalho ou identificar o novo proletariado de serviços. À vista disso, bem como o advento da nova era digital, com a indústria 4.0 expandiram-se as novas modalidades laborativas intermediadas por aplicativos, como Uber, Cabify, 99 Pop, iFood, Rappi, Loggi (Mendes; Guimarães, 2022).

mercado de trabalho aceleram o processo de construção de autonomia, de modo que lhes restam menor tempo da vida para experimentações e para se qualificar. Já um jovem da classe média, que tem suas necessidades materiais atendidas por seus precursores, pode ampliar os tipos e intensidades de experiências que lhes renderão acúmulo de capital cultural e social que serão úteis em sua trajetória profissional.

Por conseguinte, o processo de formação, amadurecimento, desenvolvimento do jovem trabalhador da periferia pode se tornar ainda mais árduo perante esse cenário social, explorando de tal modo a força de trabalho que conduz à condições desumanas e consequentemente promove a precarização, pulverização, individualização, terceirização e exclusão.

Então esses indicadores fornecem um pano de fundo importante para a análise pretendida, pois reforçam a urgência de compreender os sentidos subjetivos atribuídos às vivências no âmbito do trabalho. Além disso, essas proposições nos indicam que o trabalho pode ser, simultaneamente, um espaço de formação e de precarização, sendo necessário compreender como se configuram as “dramáticas do uso de si” (Schwartz; Durrive, 2015) nessa etapa da vida.

Seguindo com o olhar clínico, no sentido de observar as formas particulares do uso de si no seio dos coletivos e das configurações de trabalho vale ressaltar a dimensão histórica do trabalho, perpassando os destinos individuais, as negociações, entre o geral e o particular, tentando captar o que a história produziu sobretudo nos jovens trabalhadores, sujeitos desta pesquisa, pois as escolhas e os atos se determinam em função dos símbolos veiculados pelas heranças da história, dos laços, antagonismos e potencialidades das relações sociais engendradas (Schwartz, 2000b).

Com isso, entendemos que Schwartz (2000b) nos convida a pensar a noção de trabalho ou da vida para cada sujeito como uma experiência que deve estar acima da abordagem intelectual das realidades industriais. Assim, demarca que “toda atividade é um debate, uma dramática no sentido em que acontece algo, entre normas antecedentes, tudo o que está do lado da experimentação e do protocolo – e tudo o que é o encontro de encontros e aqui é preciso renormalizar” (Schwartz, 2010, p. 43).

Assumimos que há uma tendência de dispor a força de trabalho de modo cada vez mais intenso sob uma forma de exploração e marginalização pelo capital, pois entramos na fase complexa de coisificação e alienação do ser humano, em que o trabalho que estrutura o capital desestrutura a humanidade, com consequências imediatas nos processos educativos.

Porém, não podemos esquecer que o trabalho é atividade humana vital e, portanto, não eliminável. Não se pode perder o foco no ser humano, como ser particular e singular, a fim de

melhorar a relação entre as exigências sociais e econômicas. Tanto que Schwartz (1996), principal precursor da abordagem ergológica, nos afirma que se temos uma ideia simples do trabalho, podemos reduzi-lo a uma troca de tempo por salário. Reduzido à forma de mercadoria ou emprego, o trabalho tem, para alguns, um valor usurpado. Ademais, se tratamos o trabalho apenas como emprego ou realização de alguma tarefa, tira-se a complexidade peculiar da atividade humana, já que a atividade humana considera a herança cultural e histórica das técnicas, da experiência das gerações, numa relação individual de cada pessoa. Até porque a superação das relações sociais capitalistas que cindem e dilaceram o gênero humano é pensada a partir da construção de processos de formação humana dentro de uma perspectiva revolucionária (Semeraro, 2013).

Toda forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre variáveis para serem geridas, em situações históricas sempre em parte singulares, portanto, escolhas a serem feitas, arbitragens – às vezes quase inconscientes – portanto, o que eu chamo de “usos de si”, “usos dramáticos de si”. (Schwartz, 1996, p. 151).

Assim, toda situação de trabalho supõe arbitragens, ponderações, critérios, e, portanto, também envolve engajamento, escolhas, porque se colocam à prova valores sociais e políticos, na confrontação da atividade de trabalho com as normas antecedentes. E os saberes e valores circulam e se retrabalham entre o polo “trabalho-emprego” e os outros encontros com a vida social e cultural. Enquanto que esse processo de formação individual é produtor de aprendizagens e de imprevistos, considerando imprevistos como um neologismo, criado por Yves Schwartz, devido à aproximação das palavras aprendizagem + imprevisto (Schwartz; Durrive, 2010).

Nesse sentido, em toda atividade, entendida como algo muito mais amplo do que simplesmente a realização de uma tarefa, é preciso convocar à experiência, principalmente, porque nosso corpo carrega uma história, consciente ou inconscientemente. E são esses elementos que constituem a experiência (Schwartz, 2010). Para Schwartz (2010), falar de experiência é convocar dois polos:

Para que a questão do papel formador da experiência tenha um sentido, é preciso que levantemos uma oposição, quer dizer, uma oposição e uma continuidade, uma possibilidade de articulação entre, de um lado o que poderia ser saberes, conhecimentos, no polo, digamos, mais formal, acadêmico, que podem se transmitir pelos conceitos, e em seguida algo que tenha igualmente a dimensão de um saber, do lado da experiência, mas que não teria o mesmo estatuto. É preciso, portanto, poder chegar a definições que preservariam esses dois polos dos conceitos de experiência, de formação, de competência. (Schwartz, 2010, p. 36).

Então, para assimilar a experiência, é preciso explorar o campo do conhecimento formal e por outro lado o saber escondido no corpo, que envolve a expressão do cotidiano da vida de um sujeito. Compreendo que não existe uma oposição entre esses campos, mas uma relação de complementaridade. E que a experiência não é um conceito genérico, deve ser individualizada, por intermédio de situações e percursos singulares (Schwartz, 2010).

Entende-se, com isso, que as lógicas sociais são interiorizadas pelas atividades pessoais e que a vida humana recheada de atos (expressão e o desenvolvimento de competências adquiridas na história pessoal) são mediadas por um mundo social e preenchidos de sentido por uma biografia (expressão de si).

Desse modo, verificamos que o método biográfico, normalmente inviabilizado no meio social e científico, representa a virada ontológica específica dos estudos pós-modernos, pois destacam a necessidade da superação da dicotomia entre o singular-plural, objetivo-subjetivo, histórico-biográfico, material-simbólico. E, portanto, rompem com um modo de cientificidade hegemônico, demonstrando sensibilidade e disposição para com a experiência humana, entrelaçando razão e emoção no processo de emancipação e interpretação dos sentidos e significados produzidos pelos sujeitos (Passeggi; Souza, 2017; Santos; Garms, 2014) e revelada por meio das memórias (Bergson, 2006, 2011).

Projetamos que a primeira experiência de trabalho tende a ser marcada por conflitos entre a necessidade de contribuir financeiramente para a família e o desejo de prosseguir os estudos; emergem formas criativas de conciliar trabalho, estudo e vida pessoal, revelando tanto estratégias de resistência quanto limitações estruturais.

Os referenciais da ergologia e da pesquisa biográfica permitem analisar a experiência laboral como *locus* de produção de conhecimento, onde os jovens mobilizam saberes tácitos, renormalizam regras e negociam sua identidade. Isso amplia o entendimento das juventudes trabalhadoras para além da dimensão econômica, situando-a como experiência formativa e existencial.

Por fim, a análise do social a partir das experiências individuais dos jovens pesquisados, por meio de conceitos e métodos das abordagens clínicas do trabalho, especificamente a Ergologia, representa uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do campo do Trabalho e da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a proposta do texto de apresentar um ensaio reflexivo sobre a pesquisa em andamento, consideramos que a articulação dos materiais a serem produzidos em campo, através da pesquisa biográfica, juntamente com os apontamentos da abordagem ergológica, poderá nos apresentar um repertório e um modo próprio de ser jovem trabalhador no Brasil, já que apontará uma realidade única, mas que também conduzirá à questões de alcance geral. Sabendo ainda que um dos desafios desta pesquisa é promover uma análise e uma aproximação entre o campo de estudos sobre juventudes, trabalho e educação, atrelado a visão interdisciplinar orientada pela abordagem ergológica.

As proposições da abordagem ergológica nos auxiliam na compreensão sobre como singularmente na referida experiência de trabalho é criado, recriado e renormalizado situações e experiências de trabalho, posto que o trabalho é lugar para pensar a subjetividade humana. E sobretudo, porque a abordagem ergológica permite, com sensibilidade, entender a emancipação do homem como sujeito na relação com o meio e situar de maneira complexa, sem preconceitos, toda a complexidade dessa relação (Cunha, 2014).

Nessa perspectiva, sublinha-se que este estudo se trata de um tema que compõe diversas disciplinas, tais como a pedagogia, psicologia, economia, sociologia, antropologia e filosofia. E mais do que falar sobre as juventudes, essa pesquisa busca reunir contribuições que dialoguem com elas, possibilitando a circulação de saberes produzidos na e com a experiência juvenil, em suas potências, contradições e insurgências, valorizando a personalidade humana como uma síntese de múltiplas determinações.

Acredita-se que o diálogo entre a abordagem ergológica e a pesquisa biográfica colaborará com a disseminação dessas teorias em sua dimensão social, política e pessoal. Tal como o fortalecimento desses campos de estudos científicos, principalmente porque se aproximam da atividade e da experiência humana.

E mais, entende-se que essa pesquisa contribuirá para o entendimento do papel do trabalho na formação de valores, envolvendo a dimensão ontológica ou ontocriativa (centralidade), epistemológica e política do trabalho, como valor de uso e socialmente produtivo (Frigotto, 2015). Apropriando-se, então, de uma definição complexa do trabalho, em que se articula o antropológico, o histórico, heranças imoriais e relações sociais carregadas de sentido (Schwartz, 1996).

Espera-se, portanto, que este estudo ajude a complexificar a compreensão das juventudes trabalhadoras brasileiras, revelando as tensões e singularidades da primeira experiência laboral. A pesquisa em desenvolvimento busca evidenciar as potencialidades de

emancipação e produção de novos sentidos, mostrando que, mesmo em contextos adversos, os jovens mobilizam estratégias, resistem e reconfiguram o mundo do trabalho.

Para concluir, “o trabalho é um bem comercial, mas é também expressão da pessoa enquanto ser humano; ele constrói riquezas econômicas, mas também participa de nossa vida social” (Cunha, 2008, p. 69). Com efeito, a experiência de trabalho apresenta conflitos e tensionamentos, e por mais que o capitalismo explore e aliene a força humana, para criar valor no processo de trabalho, se faz necessário o seu enfrentamento (também entendido como a expressão da luta de classes, nova ideologia, filosofia da práxis) que só pode ser pensável a partir da reafirmação vigorosa da centralidade do trabalho, em busca da renormalização, em relação ao sentido do trabalho e consequentemente o sentido da vida (Schwartz, 1996, 2000a, 2007). Caso contrário, quanto mais se fizer diminuir as confrontações entre valores de mercado e outros valores, menos se humaniza o trabalho (Schwartz, 1996, 2000a, 2007).

REFERÊNCIAS

ALBERTANI, Helena Maria Becker. Adolescência: Transição ou plenitude? **Revista de Educação** / AEC, nº 113/1999, p. 9-16.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ALVES, Jaqueline. **Jovens trabalhadores**: Estudo sobre as repercussões do trabalho na trajetória de vida de jovens egressos da Cruz Vermelha Brasileira em parceria com a UFMG. Dissertação (Mestrado Profissional). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2023.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri. **Memória e vida – Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

BERTOLDO, Maria Edna de Lima. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

BRASIL. **Medida Provisória 1116**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1116.htm . Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Decreto presidencial 11061**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11061.htm Acesso em:

31 out. 2025.

BRASIL. **Lei 14442**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14442.htm Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Decreto 11479**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11479.htm Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Lei 13.415**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CAMPOS, Anderson. Mercantilização da juventude, consumo e degradação do trabalho. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (Org.). **Juventude no Brasil**. Livro Eletrônico. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

CUNHA, Daisy Moreira. M. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 55-64, 2014.

CUNHA, Daisy Moreira. Personalidade biográfica: a perspectiva de Lucien Sève. In: CUNHA; Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando S. Rocha; JÚNIOR, Hormindo P. de Souza; OLIVEIRA, Maria A. Monteiro (Org.). Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica. **Fundamentos e reflexões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013.

CUNHA, Daisy Moreira. Dos direitos enquanto normatividade legal e institucional da vida social e atividade industriosa: tensões e conflitualidades potenciais em torno dos valores. **Revista Trabalho & Educação (UFMG)**, v. 17,n.3, p. 61-70, 2008.

CVB-MG, CRUZ VERMELHA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS. Filial do Estado de Minas Gerais. **Programa Ação Jovem**. 2023. Disponível em: <https://www.cruzvermelhamg.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

DAYRELL, Juarez (Org.). **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do observatório da juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. UFMG/

ALVES, Jaqueline Silvério; CUNHA, Daisy Moreira. Juventude Trabalhadora Brasileira: Reflexões sobre a singularidade da primeira experiência de trabalho. **Dignidade Re-Vista**, n.16, dez. 2025.

FAE. Set/Out/ Nov/Dez 2003, nº 24.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César R. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. **Observatório jovem**. 2003.

ERIKSON, Erik Homburger. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ERIKSON, Erik Homburger. **Identidade: Juventude e crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: Trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**. 33(2): 63-82, jul/dez. 2008.

FREITAS, Maria V. de (Org.); ABRAMO, Helena W.; LEON, Oscar D. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. Ação Educativa: Programa de Juventude, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov.2007/ fev. 2008.

HALLACK; Fernanda Sansão; TSALLIS, Alexandra Cleopatre. Os impactos da pandemia da covid-19 na qualificação do programa jovem aprendiz da rede cidadã. **Revista da UFMG** | Belo Horizonte, MG | v.31, fluxo contínuo | e054282 | 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5):7–41, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 31 out. 2025.

KUENZER, A. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciênc saúde coletiva**. 2020. Jan;25(1):57.

KUENZER, A. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto da acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 331-354, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Rubens Enderle. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MÁXIMO, Thaís A. C. de O. **Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do programa jovem aprendiz**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MENDES, Karine Késsia de Sousa Félix; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. **Precarização do**

trabalho e juventude: uma análise sobre a realidade laboral face à pandemia da COVID-19. *O Social em Questão* - Ano XXV - nº 53, p. 277-300, Mai a Ago/2022.

NONATO, Symaira Poliana. **JOVENS [EM]CENA NO PALCO DA VIDA:** percursos de individuação no entrecruzamento do mundo do trabalho com os processos de escolarização. FAE/UFMG. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2019. 421f., enc, il.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescência hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.

PASSEGGI, M. C; SOUZA, E. C. (2017). O Movimento (Auto)Biográfico no Brasil: Esboço de suas Configurações no Campo Educacional. **Investigación Cualitativa**, 2(1) p. 6-26.

PIMENTA FILHO, Jorge Antônio. Adolescência – Um conceito precário. **Rev. Med Minas Gerais**; 12 (1): 24-29, jan.-mar. 2002.

RIZZO, Catarina Barbosa da Silva; CLAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 407-417, nov.2010/fev.2011.

RUMMERT, Sonia Maria. Gramsci, Trabalho e Educação. Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. *Caderno Sísifo* n.4, Educa/ Unidade de I&D de **Ciências da Educação**, 2007.

SANTOS, Héllen Thaís; GARMS, Gilza Maria Zauhy. Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa formação pessoal/profissional de professores. CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 12, 2011, Águas de Lindóia, Anais 2. Congresso Nacional de Professores 12. **Congresso Estadual sobre Formação de Educadores**. São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2014. p. 4094-4106.

SEMERARO, Giovanni. Trabalho e formação do homem em Hegel e Marx: atualidade de um pensamento revolucionário. In: CUNHA; Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando S. Rocha; JÚNIOR, Hormindo P. de Souza; OLIVEIRA, Maria A. Monteiro (Org.).

Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica. Fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho e ergologia II:** diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

SCHWARTZ, Yves. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. Ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SCHWARTZ, Yves. **A experiência é formadora?** Educação e realidade. Porto Alegre, jan/abr, 2010, 35-48.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis (org.). Trabalho e ergologia. **Entrevistas sobre a atividade humana**. Niteroi: EduFF, 2007. Seção I, Cap. 1 e anexo ao cap. 1, 25-46.

ALVES, Jaqueline Silvério; CUNHA, Daisy Moreira. Juventude Trabalhadora Brasileira: Reflexões sobre a singularidade da primeira experiência de trabalho. **Dignidade Re-Vista**, n.16, dez. 2025.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e valor**. Tempo Social, 8(2), 1996, p.147-158. SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e saber**. In: Trabalho e Educação. BH: NETE, n. 1, fev-jul, 2000a.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e uso de si**. Pro-Posições - Vol 1. n 5 (32). Julho 2000b.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e valor**. Tempo Social, 8(2), 1996, p.147-158.

SOUSA, Euzebio Jorge Silveira de. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais**. UNICAMP. Tese de doutorado. Campinas, SP: (s.n), 2020.

VERMERSCH, P. **Entrevista de Explicitação**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2022.